1000 May 2000 May 200 JULHO 1982

INDICE

- I A CRISE DO CAPITALISMO
 - . tendências de evolução e de saída para a crise mundial
 - . os perigos de nova guerra mundial
 - . a crise dos partidos reformistas e revisionistas
 - a crise no MCI
- II A CRISE REVOLUCIONÁRIA E A POLÍTICA DO PARTIDO
 - . a análise do comportamento da pequena-burguesia
 - . subestimação da capacidade da burguesia recuperar posições
 - . sobrestimação da força do movimento operário e popular
 - . o voluntarismo e o doutrinarismo na acção do Fartido
- III A TACTICA E AS TARBEAS POLITICAS DO PC(R)
 - I. O caminho da solução popular para a crise
 - 2. A politica e as palavras de ordem
 - 3. As taréfas tácticas para unir o povo e acumular forças
- IV A BVOLUÇÃO DA CRISE ECONÓMICA
 - . As transformações na Reforma Agrária e as Nacionalizações
 - . O surgimento de grupos económicos
 - . Perspectivas sombrias de desenvolvimento
 - . A entrada na CEE
 - . A conjuntura de 1979 e 1980
- V TRAÇOS CARACETRÍSTICOS DA SITUAÇÃO POLITICA ACTUAL
 - . A crise no seio da AD
 - . Contradições institucionais
 - . A ruptura no campo novembrista
 - . A crise dos partidos reformista e revisionista
 - . A crise da "esquerda revolucionária"
 - . A multiplicação da luta política e dos protestos sociais
 - . Uma tendência global para a instabilidade
- VI TACTICA PARA A ACTUAL CONJUNTURA
- VII BALANÇO DA ACTIVIDADE POLITICA DESDE O III CONGRESSO
- VIII ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS NO COMITÉ CENTRAL
 - 1. No CC estão em confronto duas tendências opostas
 - 2. O CC sain dividido do III Congresso
 - 3. Orientações para a edificação do Partido
 - 4. O III Congresso
 - 5. As divergências políticas
 - 6. As divergências e o MCI
 - 7. Os métodos da maioria do CC na luta ideológica
 - 8. A luta entre duas concepções de centralismo democrático
 - 9. Quem & 'a "nova maioria" do CC
- IX PARTIDO LENINISTA OU PARTIDO PEQUENO_BURGUES RADICAL E OBREIRISTA
 - 1. Duas concepções desde a reconstrução
 - 2. Duas concepções no dominio teórico
 - 3. Duas concepções no domínio político
 - 4, Duas concepções acerca do tipo de Partido
 - 5. O Partido e os grupos
 - 6. Os grupos e a "frase revolucionária"
 - 7. A falta de hábitos de debate e de estudo
 - 8. As novas concepções introduzidas no III Congresso
 - 9. O Partido e o camarada Arruda
 - 10. O carreirismo como subproduto do retorno ao grupismo
 - 11. Condições que tornaram possível o retracesso
- X TAREFAS PARA REPOR E DESENVOLVER O CURSO BOLCHEVIQUE DO III CONGRESSO
 - 1. Derrotar o grupismo pequeno-burguês radical
 - 2. Desenvolver uma prática internacionalista consequente
 - 3. Reeducar o Partido e a classe operária nas ideias da Revolução e do Socialismo

W OTHER DO ON TIME TONG

A instabilidade política que cresce por esse mundo fora tem por base uma profunda crise conómica que abala as estruturas do capitalismo internacional. A crise começou a dar os prmieiros passos com os desarranjos verificados no final da década de 50 e em toda a década amento de 60 no sistema de trocas internacionais. A partir daí foi estendendo as suas raizes e instalou-se como grande senhora com os substanciais aumentos de preço da energia e com o estalar de uma crise de sobreprodução nos primeiros anos de 1970. Entrelaçando-se e agindo em conjunto estes três factores abalaram por completo todo o sistema económico do capitalismo dando lugar à sua mais prolongada crise de sempre.

Entre o fim da II Guerra Mundial e o final da década de 50, o dólar era considerado entre os países capitalistas como um meio de troca "tão bom como o ouro". Para isso contribuiu o enorme potencial com que os Estados Unidos safram da guerra e s facto de dispor de 2/3 das resrervas de ouro do Mundo. Terminada a fase de recom trução da Europa e do Japão no final da década de 50, estes países viram-se para a conquista dos mercados internacionais até então nas mãos dos americanos. O dólar começa então a ner cada vez menos "necessário" e menos procurado e acumila-se em excesso no Mercado Mundial, A partir daí cresce o défice da balança de pagamentos norte-americana, enquando a economia dos EUA perde competitividade internacional, deteriorando a balança comercial, Entretanto os dólares continuam a saxix sair dos EUA, já não para ajudar a reconstrução da Europa e do Japão mas para financiar investimentos americanos no estrangeiro. A partir de 1965 aumentam as taxas de inflacção nos EUA. Os países curopeus. inundados de dólares que não necessitam e em que não confiam, recambiam-nos para os EUA em troca de ouro das reservas americanas. Abalada a confiança, a dúvida instala-se e a crise começa a levantar a cabeça. Em 1971 o governo americano suspende a convertibilidade oficial do dólar em ouro e procede a uma desvalorização da sua moeda. E o fim do sistema de trocas internacionais criado após a II Guerra Mundial. A partir daí as trecas internacionais vivem em continua anaquia ao sabor da evolução da crise econômica. Passados quase uma dúzia de anos não se encontra criada qualquer alternativa sólida para esta situação. A crise do sistema de trocas internacionais que deu sinal de partida para a crise que afecta actualmente todo o sistema capitalista está hoje completamente dependente desta última, não se vislumbrando qualquer saída fora dela.

A crisc de sistema de trocas internacionáis velo somar-se, a partir de 1973, a crisa energética essencialmente provocada pelos agmentes dos preços do petróleo decretados pelos países da OPEP, que duplicam em menos de um ano. A economia dos países principais países capitalistas sofre um rude golpe, pois bascava-se em fontes de energia dependentes do petróleo. As fontes alternativas ou são exigem gigantescos investi-

mentos, como o gaz natural da Sibéria, ou comportam perigos reais, como as centrais nucleares, provocando grandes movimentos de protesto nos países capitalistas.

Em 1974 estalou uma crise de sobreprodução envolvendo todo o mundo capitalista. Verifica-se a maior recessão industrial dos últimos 40 anos. Sectores inteiros da economia capitalista entraram em crise.

A Siderurgia foi dos sectores mais afectados, com quebras de 20% no conjunto da CEE, 19% nos EUA e 11% no Japão. Na <u>Indústria Química</u> a crise atingiu níveis quase tão graves como na Siderurgia. A produção na Europa sofreu uma quebra em média de 18%.

O <u>Sector Automóvel</u> foi severamente atingido, com perdas de 22% no Verão de 75.

Por consequência, o volume do comércio mundial sobre uma retracção acentuada pela primeira vez nos últimos 25 anos. O comércio entre os países da OCDE sofre uma redução de 11% em 1975.

O número de falências de empresas tem uma aceleração acentuada. O desemprego atinge mais de 15 milhões de pessoas nos países da OCDE. Aumenta o número de pessoas desemprego parcial. A inflação instala-se.

A fase de recessão durou mais de 1 ano.

A crise originou a <u>multiplicação dos conflitos nas empresas</u> e sectores de actividade. Todos os países capitalistas, sem excepção, são atingidos por enormes vagas de greves, pelo recrudescer das manifestações, pela violência da juventude.

Entre meados de 1975 e 1978 assiste-se a um reanimar do capitalismo internacional, embora isso se faça no quadro da permanência de uma crise profunda.

A partir de meados de 1980 a recessão e a estagnação instalam-se de novo, prolongando-se pelos nossos dias. Na Sidemurgia os problemas agravam-se. De 1971 a 1981, a Indústria Textil perde mais de 1 milhão de trabalhadores. Para os próximos quatro anos estão ameaçados mais 700.000 postos de trabalho no sector na Europa. A Inglaterra e a França, exigem medidas proteccionnistas da CEE. A Indústria automóvel europeia e americana conhece uma recessão acentuada, perdendo em favor das marcas japonesas. A Inflação conhece nova aceleração, atingindo valores próximos dos 15% na maioria dos paispaíses capitalistas. O Produto Nacional Bruto de cada país aproxima-se da estagnação ou sofre mesmo quebras. O Comércio Internacional conhece uma estagnação em 80 e 81.

Os conflitos sociais agravam-se, multiplicam-se e radicalizam-se por toda a parte, tanto no Ocidente como no Leste Europeu. Na América Latina, no Médio e Extremo Oriente os conflitos sociais agudizam-se. Rebentam revoluções no Irão, Nicarágua. El Salvador. Os elos fracos do sistema imperialista multiplicam-se com o prolongamento da crise.

Nos países do Leste, apesar do carácter específico do capitalismo de Estado, as coisas não correm também pelo melhor. NA URSS e no COMECON instala-se uma grave crise econômica. As suas economias, cada vez mais entrelaçadas com as dos países capitalistas ocidentais, conhecem graves dificuldades. Na década de 70 os ritmos de crescimento baixaram para níveis médios nunca antes atingidos. Os planos anuais e quinquenais não são cumpridos. A produção baixa em importantes sectores. A inflacção instala-se. O endividamento externo para com os países capitalistas ocidentais galopa, obrigando a Polônia, a Romênia e a Bungria a pedirem auxílio ao FMI. O peso da crise é lançado para cima das costas dos trabalhadores. A revoltas instala-se, os conflitos generalizam-se. Somados nor fenômenos característicos de todas as crises capitalistas, aparecem outros mais comans às sociedades do Leste. A crise agrícola, a sub-produção crônica nos sectores de consumo de massas, que provoca as bichas constantes, as produções invendáveis por motivo de má planificação, tudo isto faz aumentar o bloqueio a uma solução para a crise.

Tendências de evolução e de saída para a crise mundial do capitalismo

A crise muntial apresenta, sem sombra de dúvidas, um carácter prolongado e tendências para a estagnação. A necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho, com a expextação instalação de indústrias de carácter intermédio nos países dependentes, aliada à renovação tecnológica do aparelho produtivo, éxiti são dificultados hoje por várias ordens de razões: primeiro, pelo aumento das políticas implacionais proteccionistas nos EUA e noutros países que conduzem ao "salve-se quem puder" xxanganda, subsidiando os sectores em crise; segundo, porque hoje na produção mundial pontificam já não tanto os monopólios de outrora mas as multinacionais, cujo grosso da produção vai para o mercado mundial e não para o mercado interno; o"excesso" (da produção mundial advém essencialmente da produção das multinacionais; terceiro; porque a renovação massiça tecnológica do aparelho produtivo exige grandes somas que porvezes nem as multinacionais dispõem; quarto, porque tal renovação imporia necessariamente despedimentos massiços, provocando seguramente grandes tensões sociais incontroláveis.

A profundidade e o carácter generalizado da crise tornou claro que será difícil a qualquer país encontrar saída para a sua situação fora de uma superação global da crise do conjunto do sistema. Multiplicam-se as reuniões internacionais em busca de suruções. Mu infaim da década de 70 surgiu entre os países do Terceiro Mundo uma tese em de fesa de "uma nova ordem internacional", sem sair de quadro do sistema. Tal tese não tem qualquer hipótese de vencer. Entretanto, com o evolui da crise, duas grandes teses surgiram entre os principais países capitalistas. A socia-democracia europeia, em particular o PSD alemão, defendem a tese da necessidade do

dependentes e do intensificar das relações económicas com os países do Leste. No plano interno advogam a via do "diálogo" com os parceiros sociais e a intervenção estatal para minorar os efeitos da crise. Com a eleição de Reagan nos EUA, tem ganho amplitude internacional uma corrente preconizando o livre desenvolvimento das leis do mercado, a redução dos orçamentos estatais no domínio dos problemas sociais e a diminuição dos impostos sobre os grandes capitalistas de modo a ajudá-los a sair da crise.
Esta corrente advoga uma "linha dura" face aos sindicatos e às lutas, dos trabalhadores,
lançando sobre estes o peso da crise e segue uma política de "guerra fria" em torno
de fontes de matérias primas, de áreas estratégicas, da corrida aos armamentos, do
agudizar dos conflitos com o Leste e do apoio aos regimes mais reaccionários dos países dependentes.

Todavia, todas estas doutrinas são cada vez mais um remédio para os problemas internos de cada país e menos uma orientação para uma saída glbal para a crise. Mesmo na CEE a actuação como um bloco único aparece cada vez mais difítil de conseguir.

Os perigos de nova guerra mundial

O agravar da crise provoca o acirramento das disputas internacionais de mercados, fontes de matérias-primas e áreas de influência. Cada potência capitalista procura ganhar posições que lhe permitam sair vitorioso da crise.

Americanos e russos encontram-se lançados numa política aventureira de corrida aos armamentos e de disputa da hegemonia mundial.

A permanência de uma crise profunda e prolongada, a ausência de saídas internacionais concertadas no seio do capitalismo ocidental, poderão fazer aparecer a guerra como meio privilegiado para forçar uma saída favorável aos americanos.

As pressões americanas sobre os países europeus e o Japão, visam debilitar e controlar as suas economias de modo a que, em caso de conflito mundial, a economia americana saia reforçada à custa das suas concorrentes, recolocando os EUA como leader incontestado do mundo capitalista ocidental.

O mesmo objectivo prossegue a URSS na disciplina que procura impôr no bloco do Leste aos países dela dependentes.

Ma luta pela liderança e pela hegemonia mundial que as duas superpotências travam cada vez mais encarniçadamente, o pergio de uma nova guerra mundial, de consequências catastróficas para toda a humanidade, ganha cada vez maior peso.

A crise dos partidos reformistas e revisionistas

O agudizar das lutas do movimento operário e popular nos principais países capitalistas tem levado ao estalar de contradições nos partidos reformistas e revisionisalinhando claramente ao lado do grande capital, outras, especiadmente entre a juventude, mais sensíveis às movimentações operárias e populares. Nalguns países da Europa, a social-democracia tem vindo a tirar proveito do descontentamento popular chegando no poder com programas de reformas radicais, como aconteceu na França e na Grécia e como pode vir a suceder em Espanha. O seu comprometimento com o poder poderá abrir melhor terreno para o desmascaramento da sua natureza junto das suas bases e para levar mais longe as contradições existentes no seu seio.

Apesar de não aparecer tão claramente à luz do dia, az crise nos partidos revisionistas europeus não deixa de assumir grandes proporções. O agudizar da crise internacional terna impraticáveis as suas soluções de remendos do capitalismo no interior do país. A nível internacional, com o agudizar das disputas inter-imperialistas e com a política intervencionista dos russos, desenvolvem-se correntes contraditórias no seio dos revisionistas, especialmente os "pró-russos" e os "euro-comunistas", correntes casas que atravessam o interior de cada um desses partidos.

A crise que se vive nos partidos reformistas e revisionistas, a par do desmascaramento a que se assiste acerca da natureza de classe dos governantes dos países de capitalismo de Estado, abre excelentes oportunidades de intervenção aos comunistas, se eles souverem apoiar-se nos movimentos sociais transformadores que atravessam o mundo capitalista e agudizar, apoiar e incentivar a evolução para a esquerda des bases operárias desses partidos.

A crise no M.C.I.

Desde a segunda metade dos anos 60 que movimentos sociais de grande envergadura se vêm desenvolvendo no mundo capitalista. A solidariedade com o povo do Vietnam e com a luta dos povos de África e da América Latina fez surgir grandes movimentações no seio da juventude e dos sectores progressistas. Nessa altura, a par desses movimentos, o movimento grevista teve um forte impulso. O Maio de 68 em França constituiu então o expoente máximo da fusão desses movimentos progressistas, muitos deles em ruptura aberta com as forças reformistas e revisionistas

O agudizar da crise na década de 70 fez radicalizar a luta operária. A par das movimentações nos países capitalistas mais desenvolvidos, rebentam movimentos radicais por toda a parte no Mundo. As colónias portuguesas conquistam a independência, cai o regime de lan Smith na Rodésia, rebentam insurreições populares no Irão, na Nicarágua e em El Salvador, por todo o lado os movimentos radicais explodem, da Corcia do Sul à América Latina ou à Africa do Sul. O que Ká de comum nestes movimentos, a par do rebentar dos elos fracos do sistema imperialista, é a ausência de uma direcção revolucionária comunista. Esta é a razão fundamental da grave crise que afecta o conjunto dos partidos e grupos que se reclamam do marxismo-leninismo. É uma crise simultânea-

mente política e ideológica.

O amadurecimento da crise do capitalismo tem vindo a pôr cada vez mais em causa o sistema de ideias em que vem assentando o movimento que cortou com o revisionismo no início da década de 60. O movimento confronta-se com exigências políticas e teóricas acrescidas do movimento operário e popular às quais não sabe dar resposta. Daí que, ao mesmo tempo que se assiste ao amadurecimento das lutas populares, o MCI evolue em sentido oposto, definhando cada vez mais. Tal definhamento assume maiores proporções nos países capitalistas desenvolvidos.

A actual crise do capitalismo juntamente com as movimentações operárias e populares, a colocaram dois grandes tipos de questões que são decisivas para um salto em
frente no conjunto do MCI.

A primeira grande questão está relacionada com a sociedade pela qual os comunistas se batem. A degenerescência dos países que fizeram grandes revoluções no nosso século coloca de pé a questão das relações de produção que desenvolveram nesses países. O desenvolvimento do capitalismo de Estado nos países do Leste, a par com as suas aberrações mais flagrantes, provocou uma grande desmoralização nos sectores da vanguarda operária e popular. Estes não querem lutar por um Estado mais repressivo e por um capitalismo mais planificado. A liquidação da democracia operária só deu trunfos à burguesia e ao imperialismo. Hoje temos de dizer bem alto: queremos outra sociedade! Nem capitalismo clássico, nem capitalismo de Estado!

A segunda grande questão & tem a ver com o relacionamento entre os partidos comunistas e as actuais movimentações políticas que abalam o mundo capitalista. As exigências teóricas, políticas e organizativas colocadas pelo desenvolvimento da crise e da luta operária não encontraram eco entre aqueles que se reclamam do marxismo-leninismo. Os novos movimentos nascidos na Europa capitalista e os movimentos pevolucionários que estalam pelo Mundo inteiro nascem à margem do MCI. As exigências actuais esbarram com o doutrinarismo impotente.

Com o agravamento da crise no seio do MCI, cujo primeiro sinal surgiu com a posição do partido francês face ao Maio de 68 e que se aprofundou com a degenerescência da
China, apareceram 3 correntes no seio do movimento. Uma corrente conservadora e doutrinária, que se nega a enfrentar os problemas levantados pela degenerescência das sotiedades do Leste e que, salvo raras excepções honrosas, se refugia no doutrinarismo imposente e alinha em torno das teses defendidas pelo PTA; uma segunda corrente, desorientada pelas dificuldades e pela complexidade dos problemas, que atap opta por uma
atitude de abandono puro e simples da luta ou de adaptação de teses reformistasa e revisionistas; uma tercéira corrente, que procura empenhar-se numa transformação real
dos partidos e grupos, procurando respostas para os problemas colocados que sirvam melhor os interesses do proletariado. Esta última, na actualidade, é a única capaz de
retirar o MCI da situação de crise em que se encontra, pois é a única que procura dar
respostas aos problemas colocados pela revolução no Mundo de hoje.

Em Portugal no princípio da década de 70, a crise internacional fundiu-se com uma grave crise interna provocada pelo agudizar da guerra colonial, pela falência do modelo de desenvolvimento económico e pelo intensificar da luta operária e popular. A sua evolução deu lugar a uma crise do próprio regime de que resultou o 25 de Abril. Surgiu então um movimento operário e popular de proporções até então desconhecidas que galgou uma a uma as barreiras reformistas e liberais que foram surgindo. Rebenta uma crise revolucionária no nosso país.

A situação política que hoje vivemos em Portugal veio colocar de pé algumas debilidades das conclusões do 2º Congresso que é necessário analisar.

A análise do comportamento da pequena-burguesia

O 2º Congresso considera a pequena-burguesia em bloco como aliado do proletariado na Revolução. Se tal não aconteceu na crise revolucionária isso dever-se-ia a não existir Partido.

Todavia, a pequena-burguesia teve um comportamento diferenciado durante a crise. Enquanto se tratou de liquidar o fascismo e restabelecer as liberdades, alinhou em blos co. Mas quando a classe operária, a o movimento popular radicalizado dos grandes centros industriais e da os assalariados rurais se lançaram nos ataques à propriedade privada, às instituições burguesas, às soluções neo-colonialistas em áfrica, quando a "bagunça" se instalou nas FAs e os órgãos de democracia directa de massas ganharam peso, a peque-na-burguesia começou a dividir-se pois era já a ordem burguesa, nos seus alicerces ideo-lógicos e institucionais, quem era posta em causa. Surgiram sectores radicais que apoiaram o movimento revolucionário, tentando impôr-lhe a sua direcção inconsequente. Outros sectores adoptaram um comportamento "neutral" e reformista. Mas uma grande parte, colo-cou-se abertamente do lado da contra-revolução e deu-lhe base de massas.

Tal alinhamento da pequena-burguesia não é fortuito. Corresponde nos seus interesses mais profundos. Provavelmente numa nova crise revolucionária o alinhamento de classes verificado na crise de 74/75 reproduzir-se-á de forma alargada. A táctica geral do Partido assentou as suas bases nas lições reais da crise revolucionária e na luta pelo seu desenvolvimento consequente. Traçou desta forma um rumo que entrava em completa contradição com a necessidade de ganhar o apoio da pequena-burguesia pois esta jamais se aliará em bloco com o proletariado para repôr e alargar a "bagunçada" de 74/75.

Como se explica que o 2º Congresso tenha traçodo uma estratégia que considera a pequena-burguesia em bloco um aliado da revolução e uma táctica geral que hostiliza o grosso da pequena-burguesia? É que a elaboração da estratégia e da táctica geral assentaram em bases diferentes. Enquanto a táctica geral se baseou na vida, na experiência cenereta, nas lições da crise revolucionária, a estratégia partiu de ideias e esquemas feitos, procurando adaptar a realidade à etapa demotrática-popular que se queria impôr.

Subestimação da capacidade da burguesia recuperar posições perdidas

Os obstáculos que se colocavam à burguesia para superar os efeitos da crise revolucionária foram sobrevalorizados na análise das lições da crise. Após o 25 de Novembro, a burguesia procurou recompôr rapidamente o aparelho de Estado, dando atanção espeçial às FAs donde correu com os progressistas.

Após a primeira investida nesse sector, a burguesia lançou o ataque às conquistas sem encontrar pela frente uma resistência sólida. Porém o 2º Congresso subestimou a capacidade da burguesia liquidar uma a uma ax conquistas.

A recuperação e o fortalecimento do aparelho de Estado burguês, com a alteração profunda da correlação de forças que provocou, e a perda pelo movimento operário e popular das trincheiras avançadas que possuia, constituiram base objectiva que agravou os pontos deseis e abriu terreno para um profundo recuo do movimento.

Sobrestimação da força do movimento operário e popular

0 25 de Novembro pós a má as debilidades do movimente. O desenvolvimento posterior reforçou as ilusões reformistas, as dificuldades, a falta de experiência de luta radical, etc. O 2º Congresso não apreendeu esta realidade, dando mais realce à força do movimento operário e popular.

Porém as derrotas sofridas agudizaram as debilidades, provocaram desorientação e demissionismo e fizeram a cama para o proliferar do reformismo.

O recuo político dos sectores avançados, com nos das o Partido se reconstruiu e se edificava, causou danos profundos nas nossas fileiras que não o compreendiam.

O voluntarismo e o doutrinarismo na acção política do Partido

A análise errada sobre a correlação de forças existente e sobre o estado do movimento operário e popular esteve na base de orientações Voluntaristas que foram guiando a actividade partidária desde o 2º Congresso.

O 3º Congresso corrigindo alguns aspectos mais salientes não detectou todavia o traço fundamental da situação, não prevendo a vitória da AD, continuando a apostar numa reabertura fácil da crise revolucionária. Existiam condições objectivas amadurecidas; tudo dependia do Partido.

O voluntarismo político substituia a análise fria da realidade. Porém, a crença numa reabertura rápida e fácil da crise afastou-nos das massas operárias e exploradas, rompeu os principais laços que nos uniam a clas e empurrou cada vez mais o PC(R) para os apelos e proclamações gerais de nula eficácia no seio dos trabalhadores. Foi assim antes do 3º Congresso; é assim hoje cada vez mais.

A rotina, o hábito e a falta de responsabilização crescente perante a classe operária, reforçaram no PC(R) as velhas tendências doutrinárias dos grupos. Teoriza-se a impotência: não se pode ganhar a massa, então é preciso temperar os militantes em taz "acções exemplares", educar a vanguarda (isto numa altura em que as greves, as manifestações, a luta política, estão no centro das atenções). O radicalismo pequeno-burguês impõesse: já que as massas estão "atrasadas", nós vamos cozer a nossa "pureza".

1 - A TÁCTICA GERAL - CAMINHO PARA A RUPTURA COM A ACTUAL SITUAÇÃO RETOMAR ABRPL E DAR UMA SOLUÇÃO POPULAR À CRISE.

A táctica geral, definida no 2º Congresso e aprofundada no 3º Congresso, mantém-se correcta na sua concepção essencial. E não dizemos que se mantém integralmente correcta devido às alterações profundas havidas na situação política do nosso país. Porque está a ser
posta em causa por uns e outros persistem em reduzi-la ao problema
do governo popular (de transiçção), impõe-se deixar bem claro o eaminho que a táctica geral deve apontar, as suas bandeiras políticas
e as tarefas que exige levar a cabo.

1.1 - O CAMINHO DA SOLUÇÃO POPULAR PARA A CRISE

À siída burguesa para a crise deve o PC(R) apontar a solução dessa mesma crise a favor da classe operária e do povo. Mas esta solução popular não é possivel no quadro do regime burguês nem pode ser confundida com soluções de tipo reformista: implica uma ruptura, um rumo novo na politica a seguir. Na situação, é fundamental o acirramento da luta de classes contra as soluções burguesas, de caracter reaccionário ou reformista, que se situa o centro das nossas preocupações tácticas na medida em que poderão ser abertas brechas por onde irromper o movimento operário e popular. Só com o surgimento de uma nova crise revolucionária poderá, no entanto, ser levada à prática a solução popular para a crise. No novo processo revolucionário " a classe operária aplicará toda a experiência de luta recolhida em 1974/75" e o " PC(R) lutará para que não se verifiquem os mesmos pontos fracos que limitaram a amplitude da crise revolucionária de 1974/75" (Resolução Politica do 3º Congresso, pág.22).

As conquistas de Abril deixamam de constituir a principal base objectiva para a luta da classe operária contra a recuperação capitalista. Pela destruição de que foram alvo e pelo caracter que assumem hoje a luta em defesa das conquistas desempenha um papel auxiliar, embora importante, em relação à luta contra as medidas antipopulares para lançarem as consequências da crise económica sobre as costas dos trabalhadores. Não se trata de abandonar a luta pela defesa das conquistas que subsistem, mas de lhe atribuir e compreender o papel mais limitado que desempenham hoje na luta de classes e por tramsformações de fundo no nosso país.

A concretização da solução popular para a crise que reponha

e leve mais longe o caminho percorrido em 74/75, só será possivel no decurso de uma nova crise revolucionária, será fruto das grandes acções de massas e poderá eventualmente passar por um Governo Popular, verdadeiro orgão da luta de massas operárias e populares, apoio para levar essa luta às últimas consequências.

O caminho da solução popular para a crise deve orientar toda a acção táctica conjuntural e especifica do Partido devendo ser uma constante da nossa propaganda em ligação com a luta actual.

O caminho das ocupações de terras, casas, empresas, a desagregação das forças armadas burguesas, do controle operário, da constituição dos orbãos de vontade popular, da realização de uma Reforma Agrária radical de Norte a Sul e Ilhas, a utilização das amplas liberdades e da democracia para o Povo, a resposta violenta da classe operária e do povo às arremetidas dos reaccionários, a saída de Portugal da Nato e expulsão dos imperialistas da nossa Pátria - deve ser preocupação permanente da nossa propaganda, com base nas lições da crise revolucionária, como caminho para a classe operária e o povo resolverem em seu favor a crise actual numa nova crise revolucionária. Impedir a divisão da classe operária e entre esta e o campesinato pobre e médio do Norte e Centro do País, atacar o separatismo nas ilhas, mostrar a inconsequência dos militares democratas e o caracter contra revolucionário do partido revisionista, utilizar a violência para partir a espinha à reagção, são lacunas e tarefas que num novo auge revolucionáio devem ser colmatadas e para às quais o PC(R) deve educar a classe operária e o povo desde já.

1.2 - A POLITICA E AS PALAVRAS DE ORDEM

A necessidade de infringir derrotas ao núcleo central da grande burguesía exige que o PC(R), apoiado fundamentalmente no descricadeamento de amplas acções de massas, saiba aproveitar em cada momento as contradições no campo burguês com o objectivo de enfraquecer e facilitar às massas libertarem-se das ilusões nos reformistas e liberais. Mantendo a sua política independente e constante iniciativa política, o PC(R) deve saber conduzir a sua acção entre a classe operária e o Povo por forma a fazer-lhes percorrer a sua prépria experiência e ganhá-los progressivamente para as posições revolucionárias.

A politica que o PCRR) propõe à classe operária e a todo o povo concretizam-se em quatro direcções de luta: Em primeiro lugar, a luta por uma politica que resolva a crise a favor do povo e assegurar o seu pão e bem-estar. Por uma politia de desenvolvimento orientado para a satisfação prioritária das necessidades do povo das cidades e dos campos.

Esta orientação política deve tradúzir-se na palavra de ordem:
" os ricos que paguem a crise".

Em segundo lugar, a luta em defesa das liberdades e da democracia contra a fascização e a repressão.

A palavra de ordem: "contra a fascização, defender a liberdade e a democracia" deve traduzir esta segunda orientação política.

Em terceiro lugar, a luta em defesa da Paz contra os preparativos duma nova guerra imperialista.

A luta pela Paz deve traduzir-se na palavra de ordem: " Contra a guerra imperialista - os povos querem a Pază .

Em quarto lugar, a luta em defesa da independência nacional.
"Imperialistas fora de Portugal" - é a palavra de ordem que traduz esta 4º orientação de luta.

1.3 - AS TARBFAS TÁCTICAS PARA UNIR O POVO E ACUMULAR FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS.

De acordo com a táctica geral traçada colocam-se aos comunistas 4 tarefas fundamentais para unir o povo e acumular forças revolucionárias.

Primeira - Lutar pela unidade politica da classe operária, retirando-a à influência dos reformistas e em particular dos revisionistas.

Esta deve ser sempre a tarefa principal dos comunistas quer pelo alcance estratégico que assume, quer porque é a única que pode dar sentido revolucionário à luta politica diária e nela ir assegurando a hegemonia do proletariado, bem como ir ganhando novos sectores das classes aliadas para a luta. Nela deve o Partido concentrar as suas principais forças e meios para a sua realização dirigir as principais palavras de ordem políticas em cada conjuntuma.

- a) Esta tarefa exige antes do mais a implantação e afirmação do Partido entre a classe operária em particular das grandes empresas.
- b) Exige-se em segundo lugar a necessidade de o Partido levar permanentemente a sua política à classe operária e não se limitar a levantar as reivindicações económicas mais imediatas da classe.

c) Particular importancia para a unidade da classe operária assume o trabalho nos sindicatos. Para que não restem dúvidas, eles devem ser considerados como o principal meio de organização de classe para a luta e o principal instrumento para alcançar a sua unidade política, nas actuais circunstâncias do nosso País.

A actuação no seio da CGTP deve manter-se como linha fundamental de orientação, sem deixar de trabalhar em todos os sindicatos de massas, sejam eles da UGT on independentes de qualquer central.

- d) Lutar pela unidade política da classe operária exige uma luta permanente e bem conduzida contra a influência da política reformista e revisionista, acompanhada na unidade e na acção com os operários influenciados por esses partidos. Aqui colocam-se com particular importância a utilização criteriosa e correcta dos procedimentos de frente unica operária.
- e) A unidade política da classe operária é a base fundamental em que deve assentar a unidade popular.

Segundo - Organizar os sectores rurais mais combativos para os levar à luta pelas suas reivindicações.

Esta tarefa decorre da necessidade de ir erguendo desde hoje a aliança operário-camponesa e de trazer novos sectores à luta, ao lado da classe operária, contra as soluções e a política reacionárias.

Dadas as condições objectivas e as forças do Partido é impensável realizar um trabalho em extenção nas zonas camponesas. Exige--se que seja orientado na sentido da profundidade e da concentração quer em termos geográficos quer organizativos e políticos.

- a) Deve ser o PC(R) a erguer a bandeira da educação da classe operária na defesa dos interesses dos pobres do campo, não só em termos políticos mas também em termos de solidariedade na luta e em apoio material.
- b) O reforço da acção entre os assalariados gurais, em particular nos seus sindicatos, nas principais concentrações existentes
 em todo o País, reveste-se de um caracter decisivo. Merecem especial destaque os assalariados da zona da reforma agrária onde deve
 ser conjugada a defesa das UCP's e Cooperativas com a luta contra
 as aenhores da terra que empregam um importante sector dos assalariados dessa zona.
 - c) Na organização dos camponeses pobres e médios impõe-se o

lançamento de reais organizações dem massas, onde as actuais não tenham conseguido, nem ofereçam quaisquer condições de desempenhar esse papel.

d) Dado o envelhecimento progressivo da população camponesa a nossa acção deve dirigir-se antes do mais para a juventude que mais fácilmente pode aderir às ideias progressistas e avançar para a luta.

Terceira - O erguer de amplos movimentos políticos de unidade popular.

Trazer para a luta os mais amplos sectores sociais em torno de objectivos políticos fundamentais, articulando-os no mais diverso tipo de organização de unidade é hoje uma tarefa necessária para avançar na construção da unidade popular, da grande frente politica de massas cuja edificação a nossa estratégia exige.

Esta tarefa traduz-se hoje na necessidade de erguer poderosos e amples movimentos em defesa das liberdades e da democracia contra a fascização e a repressão; em defesa da Paz; em defesa dos direitos da Juventude e das mulheres.

Quarta - Propagandear entre as massas operárias e populares as lições da crise revolucionária e ganhá-las para as ideias da revolução e do Socialismo.

A propaganda das ideias da revolução e do socialismo é uma tarrefa permanente do Partido Comunista. A deturpação revisionista do socialismo, as ilusões reformistas dominantes no movimento operário e popular e a derrota da ofensiva popular de 74/75 tornam esta tarrefa ainda mais permente e exigem o seu entrelaçamento com a propaganda das lições da crise revolucionária.

Esta tarefa sópode ser levada a cabo pela " elaboração de um programa geral do Partido e do caminho da revolução violenta em Portugal", como já assinalou o 3º Congresso (Res.Política, pág47).

Em segundo lugar, a propaganda das ideias da revolução e do Socialismo deve ser intimamente ligada à divulgação, apoio, e retirar de lições das revoluções que mão explodindo polo Mundo.

Em terceiro lugar a educação da consciencia socialista da classe operária e do povo é inseparável da critica permanente do falso socialismo dos países de capitalismo burocrático de estado, mostrando que e esse o modelo de sociedade defendido no nosso país pelo partido revisionista.

Em quarto lugar impõe-se o inicio de um debate sério e profundo sobre as razões da degenerescência das sociadades socialistas e dos

partidos comunistas e sobre o tipo de sociedade que queremos construir.

A EVOLUÇÃO DA CRISE ECONOMICA

A profunda crise económica que Portugal continua a viver e já analisada na Resolução do 2º Congresso, representa a crise do modelo de desenvolvimento económico seguido desde mini os anos 60. Este modelo representa a concretização ao nosso país da divisão internacional do trabalho que se vinha operando. Assente nas matérias-primas baratas das ex-colónias, na mão de obra barata e disciplinada e numa especialização da produção em sectores em crise nos principais países capitalistas, este modelo deu lugar a uma economia profundamente dependente, distorcida e atrasada, que não aguentou o embate da crise internacional e foi agudizada com o prolongar da guerra e, em seguida, com os golpes sofridos na perda das colónias e na crise revolucionária.

Esse modelo dem desenvolvimento é retomado, no essencial, pelos governos pós-25 de Novembro.

A crise, tendo razões internas próprias que fazem do país um elo fraco do capitalismo, vem-se entrelaçando e dependendo cada vez mais da crise internacional.

As transformações na Reforma Agrária e nas Nacionalizações

As alterações sofridas pelas conquistas impõem que se reaxamine algumas das conclusões anteriores dos Congressos.

A Reforma Agrária, conquista mais avançada mantida de pé após o 25 de Novembro, conheceu profundas alterações nos últimos anos, em especial em 1979 e 80, como consequência da ofensiva da burguesia. A sua área foi reduzida drasticamente, bem como o número de pessoas que integra. Encentra-se hoje totalmente ao sabor das leis do mercado no que diz respeito à obtenção de créditos, escoamento de produtos e viabilidade econômica. Como consequência, reduziu-se acentuadamente a mobilização dos trabalhadores em seu redor.

Mantém-se de pé um importante sector empresarial nacionalizado, englebando sectores estratégicos da economia (banca, seguros, transportes, telecomunicações, energia, metalurgia pesada, adubos, cimentos, material de guerra e comércio de produtos agrícolas) ao lado de outros sectores lucrativas da economia (pasta de papel, cervejas, etc.).

O sector nacionalizado funciona em moldes de capitalismo de Estado, fornecendo a éste uma base de intervenção no conjunto da economia. Quem ovdirige
são os homens da confiança do grande capital. Com a vitória da AD em 1979, o
grande capital passou a ditar a orientação para o sector. No entanto, os grupos económicos e o grande capital continuam a ver no sector uma barreira para
uma mais rápida acumulação de lucros e de fortalecimento do seu poder.

O surgimento de grupos económicos

A grande burguesia tem-se vindo a recompôr, fortalecer e reagrupar, apesar da crise que persiste. Assiste-se inclusivé ao surgimento de grupos económicos. Existe uma característica dominante no ressurgimento desses grupos: o seu entretaçamento dependente com a finança internacional, através de empréstimos, iniciativas conjuntas, etc., levando mais longe o caminho iniciado durante o fascismo.

Estes grupos económicos vêm ganhando um papel ascendente na economia portuguesa, assumindo um papel de liderança no seio dos capitalistas privados.

Perspectivas sombrias de desenvolvimento

O "crescimento" de pouco mais de 1% nos últimos tempos irá ter consequências bastante gravosas. A acumulação dos défices da balança comercial e de pagamentos torna a factura cada vez mais pesada. As receitas do FMI irão provocar uma política cada vez mais anti-popular. O patronato exige medidas mais violentas e repressivas. Neste quadro, as soluções da burguesia liberal, de "concertação social", têm muito pouca viabilidade. Só numa situação de fraqueza e como último recurso o grande patronato aceitará enveredar por tal caminho.

A entrada na CEE

A entrada para a CEE, no quadro do modelo de desenvolvimento ecenómico, é uma solução de "salvação" do conjunto da burguesia portuguesaz. Tal
entrada terá, todavia, enormes repercuesões na economia portuguesa.

A integração na CEE tornará mais difícil e distante a correcção das dependências da economia portuguesa. A CEE produz de "tudo", tornando-se "despropositado" investir em Portugal para produzir o mesmo. A agricultura e o comércio serão sectores sériamente atingidas. Na indústria, as consequências mais graves irão para as empresas produzindo para o mercado interno. Muitas delas não aguentarão e irão para a falência, caindo a sua fatia do mercado nas mãos de empresas estrangeiras.

E tendo em conta este impacto que miguns estes sectores reclamam do governo medidas que permitam atenuar os efeitos da adesão, obtendo dos países da CEE períodos de transição para estes sectores.

A conjuntura de 1979 e 80

Em 1979 e 80 a conjuntura econômica portuguesa conheceu um certo alfvio em relação a algumas das suas taras já crônicas.

A melhoria das exportações de alguns sectores económicos, beneficiando da desvalorização do escudo e do embaratecimento da mão-de-obra, a par do controle das importações, permitiu reduzir o défice da balança comercial. Com o aumento significativo das remessas dos emigrantes e das receitas do turismo, provoca um equilíbrio na balança de pagamentos no final de 1970. Tal facto permite à AD seguir uma política em 1980 de fomento do investimento, de aumentos ligeiros de salários e pensões e de travar o aumento de desemprego.

A evolução verificada em 1979 e 80 demonstra a possibilidade de melhomias conjunturais, no quadro da manutenção da crise. Mas demonstra também que as melhorias serão sempre transitórias e bastante limitadas, devido ao facto de não serem tomadas medidas de fundo que corrijam as deficiências. estruturais do capi rtuguês.

A crise no seio da AD

O projecto reaccionário surgido em 1979 está hoje em crise aberta. Correspondendo aos interesses dos sectores própsperos da grande e média burguesia que pretendiam criar novas condições que dessem base para uma maior impulso na acumulação de capital, este projecto agrupou o essencial da grande
burguesia e importantes sectores da média, arrastando atrás de si enormes
massas da pequena-burguesia, da juventude e das massas populares atrasadas.

A crise que hoje vive a AD é a crise do seu projecto reaccionário. Quatro razões fundamentais estão na origem desta crise;

- l Impossibilidade de constituir um centro de poder único e forte, que se inicia com a morte de Sá Carneiro e se prolonga com a derrota do candidato da AD às presidenciais.
- 2 Impossibilidade de rever a'Constituição por referendo, obrigando a AD a fazer concessões.
 - 3 Crise da base de acumulação que se vinha desenvolvendo.
 - 4 0 agudizar da instabilidade social.

Desta forma têm se vindo a agudizar os conflitos, as divisões e a crise no seio da coligação reaccionária, que vai perdendo base social de apoio.

Contradições institucionais

A vitória de Eanes deu base para a manutenção de um poder paralelo ao Governo na política portuguesa. Este facto, tem sido utilizado pelo PR e pelo CR para manterem uma intervenção política constante, criticando o Governo, vetando leis, conduzindo uma política externa própria, etc.

Esta intervenção tem-se sentido incentivada pela perda de força política do governo da AD e do PS e pelo aumento do prestígio de Eanes, dando inclusivamente lugar a que se encontre aberto o caminho para um projecto caudilhista chefiado pelo Presidente.

A Ruptura no campo novembrista

A partir de fins de 1978 começou a operar-se um processo de ruptura no campo do 25 de Novembro. Até então era evidente a existência de contradições e divisões no seio do novembrismo que, no entanto, não impediam uma acção táctica conjugada contra om movimento operário e popular.

O processo de cisão iniciado em fins de 78 consumou-se na segunda metade de 79. Tinha por base a entrada em declínio das razões que tinham levado a contra-revolução a unir-se.

- A recomposição do aparelho de Estado tinha sido alcançada no essen-
- Com o apoio dos sectores liberais tinha-se conseguido conter o ímpeto revolucionário das massas e aprovar um conjunto de leis anti-populares.
- Esses sectores mostravam-se, porém, vacilantes na aplicação dessas
 - Um conjunto de sectores da média e grande burguesia vinha-se recom-

pendo da crise de 74/75 com a ajuda dos governos PS.

- Os sectores liberais tilmam esgotado o seu papel como auxiliares do conjunto da burguesia.

Da cisão do campo novembrista há que retirar duas lições.

Primeira; a unidade entre liberais e reaccionários é antes de mais dirigida contra o movimento operário e popular, podendo vir a repetir-se.

Segunda, certos elementos (alguns militares, homens do aparelho de Estado, dirigentes do PS) desempenham um papel privilegiado na união entre liberais e reaccionários. Estes elementos podem de novo vir a desempenhar um papel determinante na unificação da burguesia; é nesse sentido que vão as tentativas de formação do "bloco central".

A cisão operada deu lugar aoa aparecimento de duas soluções no seio da burguesia para sair da crise: uma fascisante, outra liberal. Quer uma quer outra ateitam a dependência face ao imperialismo, a persença na NATO, a entrada na CEE, as leis do FMI, a presença das multinacionais e um desenvolvimento econômico na base do modelo seguido até aqui, alinhando no entanto com correntes internacionais diferentes no seio do imperialismo.

A crise dos partidos reformista e revisionista

O PS atravessa uma grave crise. Os tempos que passou pelo Governo deixaram-lhe uma marca profunda, sendo-lhe dificil guindar-se ao nível dos seus
parceiros europeus. Desde que saiu do Governo tem-se mostrado incapaz de recuperar a sua base social. Hoje essa crise é ainda maism aguda como o demonstram as votações eleitorais e as contradições que estão a explodir no seu
seio e especialmente na sua Direcção.

É uma crise simultâne amente política (falhanço das suas alternativas) e de modelo de sociedade, agravada por uma crise organizativa. Agudizam-se as disputas na Direcção, ao mesmo tempo que as suas bases de desagregam.

Também o partido revisionista vem conhecendo uma crise interna. É também uma crise ideológica, política e organizativa. O modelo de sociedade que preconizam —o capitalismo de Estado — está a dar os seus frutos podres na Polónia e no Afeganistão. A crise política manifesta—se nas soluções impotentes de andar a reboque de Eanes e traduz—se "em cima", na Direcção, na formação de duas correntes opostas: a "eugrocomunista" e a pró—soviética. A crise organizativa verifica—se na debandada dos seus quadros e na diluição das suas bases.

Apesar desta crise, o partido revisionista tem conseguido colher os frutos da sua "oposição" à AD, na ausência de alternativas credíveis que surjam à sua esquerda.

O reforço conjuntural do partido revisionista poderá ser contrattado se aparecerem alternativas comunistas capazes de aglutinar os sectores descontentes das suas bases.

A crise da "esquerda revolucionário"

A capacidade de manobra que os partidos reformista e revisionieta têm, deve-se em grande medida à impotência reinante à sua esquerda para tirar frutos da crise que os atravessa.

As diversas correntes e grupos radicais de 1974/75 conheceram uma processo de desagregação e de desaparecimento com o acentuar do refluxo. Esta crise abrange de igual modo as fileiras do PC(R) e da UDP.

E uma crise simultâneamente ideológica e política. E a crise do modele de sociedade nebuloso pelo qual se luta (um capitalismo de Estado de cores radicais). E também uma crise provocada pela debandada dos sectores pequeno-burgueses incapazes de manterem convicções revolucionárias e dos sectores operários desorientados pelas dorrotas. É ainda uma crise política provocada pela incapacidade em definir uma táctica política capaz de aglutinar sectores de vanguarda e manter os laços organizativos com as amplas massas.

Hoje, poddemos dizer que a crise da "esquerda revolucionária" é a cri-

A multiplicação da luta política e dos protestos sociais

Uma das características fundamentais da situação actual é o carácter amplo e radical nas formas de luta que vem assumindo o movimento eperário grevista em 1981 e 1932.

O movimento operário e popular que havia conhecide um recuo acentuado após o 25 de Novembro, reergue a cabeça e começa a acumular forças para desencadear uma nova ofensiva contra os seus inimigos.

Ao mesmo tempo, tem vindo a crescer o movimento em defesa das liberdades, a solidariedade com os povos em luta, o movimento pela paz, assim como outros movimentos que poderão reforçar o caudal da luta popular.

Apesar de persistirem as tendências para o"mal menor", o agravamento da situação política e econômica impelirá seguramente o movimento operário e popular para processos de luta mais radicais e mais politizados.

Uma tendência global para a instabilidade

A situação instável que se tem vindo a registar terá tendência para se manter e agudizar. As consequências do agrevar da crise econômica ainda estão de longe de se ter feito sentir totalmente sobre os trabalhadores. A situação previsível para 1982 vai impôr novas negociações com o FMI e um conjunto de medidas ainda mais anti-populares.

A curto prazo não é privisível qualquer inversão no rumo a que vimos assistindo: Qualquer melhoria conjuntural só será possível no quadro de uma ratation mulhoria internacional.

A desagregação e a derrota previsíveis da AD, não darão lugar a nova maioria sólida. A instabilidade parlamentar e governativa das resultantes, só servirá para agravar a crise. Os partidos reformistas não têm alternativa de saída para a crise.

Tal facto, exige de nós um acompanhamento atento ao evoluir da situação.

TÁTICA PARA A ACTUAL CONJUNTURA

Sociedade.

- 1 A elaboração de uma tática revolucionária sofre de graves limitações à partida. Essas limitações advêm da recusa que o Comité Central vem mantendo desde há longo tempo em abordar este problema e na rejeição que tem feito de todas as alternativas apresentadas.
 - Desde fins de 1981 que nos faz falta um plano global de acção, que apoiado nas potencialidades combativas reveladas pelo movimento operário, ligasse a luta do dia a dia a um plano de luta pelo derrube do governo, à luta contra a revisão da Constituição e de defesa das liberdades, à luta para isolar Eanes e os partidos reformistas e às próximas batalhas eleitorais.
 - Na ausência deste plano resultaram consequências negativas para a nossa actividade que se farão sentir inevitavélmente nas próximas batalhas, quer no ter reno da luta de massas quer nas eleições.
- 2 Deverão ser apontados como traços marcantes na evolução da actual situação a crise profunda que atravessa a AD, corroída por profundas contradições aguadizadas com o fim da revisão constitucional, a perda crescente da sua base de apoio, as tendências de evolução da política governamental no sentido do reforço do seu carácter fascizante e anti-popular, as contradições inter-institucionais, as cisões operadas no campo novembrista, o aprofundar da crise eco nómica, a crise nos partidos reformista e revisionista, a ausência de alternativas da parte destes para responder aos problemas de fundo do país, a intensificação da luta operária a popular e a fraqueza da oposição revolucionária. A situação evolui pois no sentido de uma instabilidade prolongada.
- 3 A ofensiva da AD irá ser marcada nos próximos tempos, pelo lançamento de um conjunto de medidas anti-populares, impondo maiores restrições ao nível de vi da dos trabalhadores, no quadro dos acordos com o FMI.

 Irá ainda caracterizar-se pelo lançamento de um conjunto de medidas decorrentes da revisão da Constituição. Caso da nova lei de delimitação do sector público e privado, de nova lei da Reforma Agrária e provavélmente de nova lei eleitoral. Estas medidas procurarão ser aplicadas através do reforço da fas cização da política governamental, tirando da gaveta o pacote de leis laborais acrescentado com nova lei da greve, do reforço da repressão nas empresas e na
- 4 Para elaborar uma tática de conjuntura coerente com a linha revolucionaria do .

 Partido, torna-se indispensável detectar os elementos positivos em que nos de vemos apoiar na actual situação, para procedermos a uma acumulação revolucionária de forças.

nosso fonts a viste posse a importanio de discipline, dossurs lavo entrada partos Presisio. Muisare un paga, liberdas de discusso, acutas especial. Este discipline e a vivila capira de Partos discipline e a vivila capira de Partos disconstina dans as vergoard.

(...). O presidento nos admite missar de acres de liberdas.

person a selette. Por leursyminus, os operarios conseientes mos person esperar que entes vistació grans sos ferretzios lles tonan osi
jatorio a respetur de torz os laers os fau zativos, (heuvre, tomo 11, p.y. 324).

É PRECISO SALVAR O PARTIGO

A majorie de ce prepir as motor ma n'e à sute violant de legal dale partir suis, est afore a transformer o franco no 4 co longues numa autente fante.

Conjumo nating autilité faile.

A maiorie 10 ce espegialem a ligaliante poutositie quant atopter ma le , 3º Conferênces nautrais e en postinons decisos ous sus sumites plus mos justiment au avien en asperts issumées os orientement es 3º Curperos. Atom, per rospes partos ma polistes, o (pe Conference pour sum outre que sutinsparte em 6 moves o limite fixab un estados 80 factor. Asamo Conqueros em facus o medios contros comandatos ainfulés e com lung combante summi mas somperitors de que que debate premo a solura. Coloron estuas partirestativamentes despetados e atopta universa para o menus que comprese a dantificante dos siduos enstantes e um promunicamente emerciante so Partos. Por a cincular lungios as resolum para o que comprese a dantificante dos siduos enstantes e um promunicamente emerciante so Partos. Por a cincular lungios as resolum para o 4º Conference que not fora alumento moto ec. Torrem puidon, actor o 6º Conference que not fora alumento co Cartos.

1. O ce action depliment restuções alucrales per 3º longues.

edificació de l'actors e questos escueras de ser político, como i o caso de lealed dad infrante se Adril e de obrande centre o es de Hui e o es de Normal.

es estatos se dons a ete usuit . Ao accesso so laugues par osuifatismios fram foso o Partiso e nompuin os hoce actoras, purbtituis au venper, se mos o Conjurso (acl. 24). Combrete ao
ce apenal (e mal alteri) os resduced b Conjuesto (acl. 24).

2. O CC sem razões partidárias sólidas, adiou p Congresso para prazos anti-estatutários, com objectivos que ficaram claros mais adiante.

O Congresso realiza-se de 3 em 3 anos (artigo 20) que só podem ser entendidos como o paraço de tempo compreendido entre a data da realização da sessão final do anterior Congresso e a data da sessão final do Congresso seguinte, A data marcada pelo CC ultrapassa este limite em 6 meses.

Este adiamento coloca o Co na ilegalidade perante o Partido já que o seu mandato estatutario já cessou. O Co dirige o Partido entre 2 Congressos, realizados nos prazos estatutários e não quando der jeito à maioria dos seus membros.

Esta decisão tornou tanto mais grave quanto ela foi assumida contra a vontade da generalidade do Partido.

3. O CC estabeleceu limitações ilegais ao debate neste Congresso.
Os membros do Partido podem no período do Congresso "reabrir dis cussão sobre qualquer aspecto da política do Partido" (artigo 23).

Ora as normas apresentadas pelo Cr limitam o debate à ordem de trabalhos por si aprovada. Isto é, só se discute o que a maioria do CC quer que se discuta.

Esta prepotência da maioria do CC em relação ao Partido, degenera em autêntico escândalo quando os membros do CC em divergência se
vêm acusados nos projectos do CC de defenderem um conjunto de posições sobre o MCT de que se não poderam defender, por este tema não
fazer parte da ordem de trabalhos e por qualquer posição critica face ao "CT ser considerada um "ataque ao MCI".

4. O CC recusou na sua última reunião plenária a adopção de normas leninistas de debate para o 4º Congresso. Só elas poderiam conferir-lhe um cunho amplamente democrático, clarificador, participado e mo bilizar todas as forças e saber partidário para a resolução da grave crise que atravessamos.

Perante uma crise grave no Partido bolchevique, Lenine apontava em 1921 (3 2nos antes de morrer) a segunte solução para a enfrentar:

"O que é preciso para obter a cura mais rápida e mais segura? É preciso que todos os membres do Partido se metam a estudar com absoluto sangue frio e a maior atenção 1) o fundo das divergências.

2) a evolução da luta no Partido.

(...) É preciso estudar um e o outro, sem deixar de exigir os documentos mais precisos, impressos e podendo ser controlados em todos
os aspectos. Aquele que acredita nas pessoas sob palavra, é um imbecil acabado de que nada há a esperar. Se não houver documentos, é
preciso interrogar as testemunhas das duas ou das diferentes partes.
é absolutamente preciso um "interrogatório cerrado", e em presença

144

de testemunhas",

A crise que hoje vive o Partido coloc a-o á beira do colapso grupista. De Partido com relativamente importante implantação nacional, resta um Partido com implantação minima em 2 ou 3 regiões, com regiões inteiras desaparecidas, grandes regionais que não funcio nam e pequenos grupos de militantes açai e ali. A diluição partidária e a descrença estão generalidadas nos poucos efectivos que nos restam. A despondetarização do fartido deu lugar ao desaparecimento de numerosas cálulas de empresa e ao peso maioritário des sectores paqueno-burgueses no CC e na generalidade dos organismos dirigentes regionais, O isolamento pelítico tem sido evidênciado pelas derrotas políticas que vimos sofrendo.

Nesta situação, qualquer atitude leviana tendente a resolver à ligeira os problemas, de desprezar os contributos e ideias de cada um, de fugir a um debate profundo e sereno conduzirá o Partido ao desastre. Por isso proposemos que se fizesse como Lenine fez no seu tempo. Que as plataformas existentes viessem para o Partido. Que todos os documentos fundamentais no debate pudessem ser consultados pelos militantes. Que os elementos divergência pudessem esclarecer as suas posições perante o Partido nos debates durante o Congresso e ficassem libertos da exigêrcia de defenderem as posições maioritárias.O Partido teria tudo a ganhar e nada a perder com este procedimento.

A maioria do CC já teve dois anos em que falou "sòzinho" para o Partido. Fez resoluções, usou o EV, as reuniões partidárias e a Conferência Nacional. Deu a sua versão exclusiva da polémica. Mentiu, deturpou, fez campanha contra os elementos em divergência. Os camaradas em divergência tiveram de fazer coro em tudo isto. Qual o receio de que os camaradas em divergência, ao menos durante o periodo do Congresso possam usar do direito de esclarecerem sem restrições o conjunto do Partido?

5. Não se dando por satisfeita com estas ilegalidades e limitações, a maioria do CC abriu o Congresso com uma campanha organizada de um mês contra os camaradas e organismos em divergência, aplicando sanções, destituindo-os illegalmente dos seus cargos e procurando arregimentar posições em torno de uma mobilização emocional.

Isto sem que os visados fossem ouvidos préviamente e sem que lhes seja permitido defenderem-se perante o Partido. Tudo é feito no sentido de quando saírem as tribunas com as ideias divergentes existir já um clima de exaltação e hostilidade emocionais, que impeçam a sua aceitação e o debate sereno po Partido.

Mas ao mesmo tempo que lançam esta campanha emocional, deixam nò

esquecimento viciações gravosas do centralismo democrático por parte de membros da maioria do CC, relatórios acusadores contra a maioria são metidos na gaveta e métodos grupistas de luta ideológica e
de abafamento do debate por eles usados são encarados com sorriso
benevolente. Sobre eles falaremos num texto anexo a esta proclamação.

Mais grave ainda se borna a destituição anti-estatutária dos membros do CE em divergência. No seu artigo 55 a) os estatutos afirmam claramente que o afastamento de qualquer função dirigente de um membro do CC terá de ser aprovada por uma maioria de 2/3 dos seus membros efectivos.

Não dispondo desta maioria o CC arranjou um artifício para fugir aos estatutos. Aprova primeiro que este afastamento não é nenhuma sanção e se destina apenas a "reorganizar" ou "dar coesão" ao CE. Depois conclui que já não são precisos 2/3 é os suplentes podem votar. (de uma vez inclusivé enganaram-se e aprovaram que era sanção. Mas a seguir, dando pelo "erro", com o maior dos avontades aprovaram que não era e tudo ficou resolvido).

Foi desta forma que foram afastados do CE os camaradas em divergên cia.

Não será de estranhar se um dia destes expulsarem os membres do CC em divergêndia sem os indispensáveis 2/3. com o argumento de que não é sanção e que pretendem apenas "reorganizar" o Partido ou o CC...
6. O CC mentiu ao Partido quando justificou o adiamento do Congresso com base no argumento de que era necessário aprofundar as questões novas surgidas.

Os documentos novos surgidos não tiveram qualquer resposta, Foi aliás o camarada Amadeu quem apresentou no CC um projecto de resposta ta à carta do camarada João. A maioria do CC porque hão quer entrar em polémica com estas posições, não elaborou qualquer resposta. Os documentos apresentados na última reunião pela maioria do CC, são no essencial os mesmos da reunião que deveria ter aberto o Congresso.

Este adiamento não tem pois nada a ver com a necessidade de aprofundar o debate e muito menos com os interesses do Partido:

Como na altura dissemos no CC o adiamento do Congresso destina-se unicamente a ganhar tempo, para permitir o acordo entra as correntes existentes no seio da maioria do CC e arranjar pretexto para golpear e isolar as divergentes perante o Partido.

Aliás, logo na reunião em que se decidiu abrir o Congresso, quizeram tomar medidas contra os divergentes e o regional de Lisboa, mas faltava um "pretexto" e a coisa podia ser mal aceite pelo Partido. Por isso retiraram a sua proposta. Mas agora arranjaram esse "pretexto" e não besitaram.

Primeiro exigiram no CC que os camaradas am divergência apresentassem alternativas por escrito. Mas depois negaram-lhes um mínimo de condições de tempo por eles solicitadas e sobrecarregaram-nos com novas tarefas que nos impediam completamente de resposta a essa exigência justa. Ficavamos num dilema: ou escreviamos e eramos sancionados pelo abandono de tarefas, ou não escreviamos e eramos acusados per rante o Partido de nos termos recusado a apresentar alternativas. É verdade que o que mais interessava á maioria do CC era que nada apresentassemos de alternativa. Por isso nos sobrecarregou de tarefas, e nos recusou o tempo pedido

No entanto ganhou o "pretexto" de que necessitava para as suas medidas e para a actual campanha.

E estas são apenas as medidas julgadas "oportunas" neste momento. É este o sentido das intervenções de grande número de membros do
CC que queriam ir mais longe e das explicações dadas pelo Secretariado do CC para os contentar. A coisa tem de ir a pouco a pouco e sem
precipitações. A expansão lá virá no momento "oportuno".

É este o sentido da campanha emocional para arrégimentar posições que hoje está eser levada a cabo no l'artido.

É também por isso que já se reveu o que 3º Congresso disse sobre o carácter excepcional das expulsões em período de Congresso. Nada está pois a suceder "por acaso" nesta acção conscientemente planeada pela maioria do CC.

7. 0.00 ternou público no PV 339. o conteúdo do apelo interno, sprovado pelo CC.

A maioria do CC cultiva a ostentação do poder, desde a prepotência ao "luxo". Ao mesmo tempo que nega aos divergentes o direito de se dirigirem internamente ao Fartido, guarda para si o "luxo" de tornar público, inclusivé, aquilo que ela própria decide que é interno.

8. O CC apresentou ao Partido um projecto de resolução sobre o 3º Com gresso que não foi aprovado pelo CC.

A votação obtida no CC deu o resultado de 8 votos a favor e 7 contra com o resto de abstenções. Faltava no entanto votar o camarada Serra, que subscreve esta proclamação e está contra esse projecto.

Nas passadas 3 semanas o CC não só não procurou saber o sentido do voto do camarada como ainda por cima públicou ilegalmente este profecto. E quando em reuniões regionais se procurou saber do resultado final da votação membros do secretariado do CC afirmaram que tudo estava legal!

Esta atitude comprova a forma muito especial como a maioria do CC

está interessada em rever o 3º Congresso. Nem sequer olha a meios. Mesmo o que não consegue aprovar faz ir por diante.

9. Os membros do Comité Central em divergência veêm-se assim colocados numa situação insustentável.

Por um lado são obrigados pela maioria do CC a defenderem as posições por ela aprovadas.

Mas ao mesmo tempo essas posições, algumas das quais nem sequer aprovadas pelo CC, entram em contradição com as orientações do 3º Congresso, com base nas quais os membros em divergência foram eleitos.

A que autoridade nou devemos submeter, à do Congresso que nos elegeu e nos mandatou para as cumprir ou às da maioria do CC que est contra elas e se encentra a dirigir o Fartido numa situação de total ilegalidade?

10. Este conjunto de ilegalidades escandalesas da maioria do CC esta subordinada claramente a interesses grupistas e cisionistas.

O que os move não é a preocupação pela grave situação do Partido, que de resto procuram escender. Não é o desejo de fazer tudo para o salvar. Não é o desejo de chamar todo o Partido a um debate sereno, sério e democrático, onde toda a verdade venha ao de cima, onde o vigor do sentimento são dos militantes para salvar o Partido se
associe a um pronunciamento consciente e aprofundado sobre as opiniões em divergência.

O que os mova é bem o contrário. É o desajo de ganhar a batalha do Congresso a todo o custo, nam que seja à custa do Partido, como vem sucedendo desde hà dois anos. Nem que seja à custa de climas emocionais, de arregimentar posições sem base política e ideológica sólida, de campanhas de intéxicação do Partido com, versões deturpadas da polémica, de medidas administrativas prepotentes, de limitações anti-democráticas ao debate, le medidas enti-estatutárias e inclusive de lançar colectivos contra colectivos. Partido contra Partido.

Por isso recusaram o apale à serenidade que foi feito na última reunião do CC. Por isso no apelo com que abrem o Congresso dedicam dois parágrafos a apelor ao estudo e uma página inteira, a que se torna numa informação infirma, a atacar os camaradas e colectivos em divergência.

É uma via grupista e cisionista, só compreensível pelo peso, que os elementos pequeno-burguesese e as posições criticadas no 3º Congresso, voltaram a ter no Comité Central. Esta via ou é imediatamente travada ou conduzirá à transformação do Congresso numa farsa que

liquidará o Partido.

mente democrático lhe poderá dar. O Partido precisa da força, do saber e da experiência de todos, livremente confrontados, pois só daí virão as energias indispensáveis para ultrapassar a grave crise que vivemos. É este o único caminho que serve o Partido. Só ele o poderá salvar.

11. Não cruzaremos os braços perante a via liquidadora que a maioria do CC está a seguir.

E só há uma maneira de a inverter. É um levantamento geral dos quadros e militaltes do Partido que obrigue a maioria do CC a subordinar-se aos interesses do Partido, a arrepiar caminho e a dar reais garantias de um Congresso que sirva para salvar o Partido e não para o afundar.

É preciso que o CC divulgue as plataformas existentes e que permita aos camaradas em divergência clarificarem as suas posições perante o Partido no periodo do debate. É preciso mobilizar todo o Partido para pôr fim às campanhas organizadas que a maioria do CC nas regiões, à margem dos organismos, lançando calúnias e ataques grupistas contra os camaradas em divergência.

Só um Congresso democrático que dê estas garantias será factor de confiança para todos os membros do Partido e permitirá resolver com honra as divergênchas existentes.

12. Assumimos perante o Partido a responsabilidade de agirmos pela primeira vez em dois anos de polémica, à margem da vontade maioritária do CC.

Foi uma situação que não desejamos e que tentamos a todo o custo evitar, "engolindo" tudo e mais alguma coisa. Suportámos dois anos de calúnias, deformações e campanhas continúas no Partido contra nós e contra as nossas posições. Fizemos côro com elas, batemo-nos em sua defesa nos organismos que dirigiamos, por vezes melhor do que aqueles que as aprovaram. Aceitámos uma Conferência do Partido em que, num ambiente fabricado, fomos insultados e vimos serem feitos os mais vis e infundamentados ataques às nossas posições. Aceitámos vir a publico dar cobertura a resoluções que eram autênticos crimes, como sucedeu no 50 Congresso que liquidou a UDP. Tentámos à beira do 40 Congresso chamar a maioria do CC à razão e ao debate sereno, a fugir da tentação grupista e a pensar na situação grave do Partido. Propusemos mesmo a realização de uma reunião especial do CC para decidir sobre a orientação a dar ao debate no Congresso, preparada de acordo com os ensinamentos de Lenine. Tudo foi no entanto

recusado.

Alguns camaradas afirmarão: "mas vocês têm as tribunas para exporem as vossas posições!" Esses camaradas não vêm que é impossivel fazer chegar, unicamente por esse meio as posições divergentes ao Partido. Não se trata de pequenas dirvergências, mas de divergências. de fundo, que têm de ser por isso bem fundamentadas. Que não podem ser explicadas num numero reduzido de páginas e muito menos por episódios. Que não podem aceitar as limitações aos temas em debate aprovadas pela maioria. Que us posições que vão saindo nas tribunas, por serem limitadas e por não disporem de defensores do debate no colectivo, podem fácilmente ser deturpadas e esmagadas. Que os divergentes mesmo quando presentes não podem, nem protestar nem nada esclarecer, sendo pelo contrário obrigados a "ajudar à festa". Que, com o ambiente criado pela campanha já lançada, ir-se-ão desenvolver sentimentos de regeição à partida das ideias divergentes, que levarão muitos militantes a recusá-las antes de as conhecerem. Que com a fraca tradição de debate e estudo existentes e os hábitos generalizados em seguir o que vem "de cima", os textos da tribuna são um contributo de efeitos limitados. E que por fim não há nenhuma razão, que tenha a ver com interesses do Partido, que nos obrigue a aceitar tudo isto.

Outros camaradas dirão: "mas têm a sessão final do Congresso para esclarecerem tudo"!

Esquecem no entanto o seguinte. Se ficarmos de braços cruzados e a maioria não for travada a tempo pelo Partido, seremos expulsos antes da sessão final do Congresso. E depois todos sabemos que não é com uma intervenção de 10 ou 15 minutos que se desfaz uma campanha que dura há mais de dois anos. Rasta ter presente o que se passou na 3ª CN para ver as dificuldades que se coloram nestas ocasiões. Aceitar esta perspectiva seria ficar de braços cruzados à espera que se consumasse a destruição grupista do Partido e a nossa expulsão.

13. É por isso que nos colocamos à inteira disposição do Partido e de um Congresso, realizado de acordo com os princípios leninistas do centr lismo democrático, para julgarem a nossa conduta.

Estamos conscientes de que só esta atitude pode ajudar a salvar o Fartido. Que só ela é coerente com o mandato que nos foi entregue no 3º Congresso. Que só ela está à altura das concepções leninistas de Fartido, que perfilhamos sem hesitações. O Partido nos julgará.

Hoje não temos a experiência e a mão do camarada Arruda para rectificar os erros que o CC comete. Esta falta insubstituível só poderá ser minimizada pelo saber e experiência do colectivo, pelo debate vivo e democrático, pela intervenção activa e consciente de todo o Partido. É por isso que apelamos directamente aos militantes do Partido para se erguerem e impedirem a sua destruição e porem fim às atitudes grupistas e liquidadoras da maioria do CC e imporem a realização de um Congresso que salve o Partido.

Assinam:

Amadeu Ferreira, origem social pequeno-burguesa, ex-membro do Sec., ex-membro do CE e membro do CC eleito no 3º Congresso.

Diamantino Fuivinho, operário, membro do CE e membro do CC eleitos no 3º Congresso.

Serra, operário, ex-membro do CE e membro do CC eleito no 3º Congresso.

Francisco Merlo, origem social pequeno-burguesa ex-membro do CE e membro do CC eleito: no 39 Congresso.

Carlos Ventura, operário, ex-membro do CE e membro do CC eleito no 3º Congresso.

José Cuerreiro, operário, membro do CC eleito no 3º Congresso.

Esther Muznik, origem social pequeno-burguesa, membro do CC eleita no 3º Congresso

José Mesquita, operário, membro suphente do CC eleito na 2ª Conferência Nacional.

LISTA DE INFRACÇÕES AO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO E DE MÉTODOS GRUPISTAS DE LUTA IDEOLÓGICA USADOS PELA MAIORIA DO CC E NÃO INFORMADOS AO PARTIDO

- 1. Na Conferência Regional de Lisboa que precedeu a 3ª Conferência Nacional, o camarada Legion, membro do CC, acusou os camaradas do CC da região de não defenderem com convicção as resoluções por estarem em divergência com elas. Estava presente o 1º secretário do Partido. Ficou visto que isto deveria ser analisado no CC e tomadas medidas. Até hoje!
- 2. Na 3º Conferência Nacional revelou-se a existência de um ambien te organizado hostil contra o regional de Lisboa e os camaradas em divergência. Camaradas das regiões traziam já intervenções com nomes escritos dos camaradas do CC em divergência, antes mesmo de estes darem a conhecer as suas posições na Conferência. Denunciados estes factos nem um passo se deu para os apurar e punir quem quer que fosse.
- 3. Após a 3º Conferência Nacional surgiram camaradas da juventude do Porto e de Aveiro fazendo acusações graves à direcção da UJCR e ao seu 1º secretário membro do CE. Os relatórios enviados, exigindo apuramento dos factos, foram para a gaveta. Até hoje.
- 4. O 1º Secretário de Santarém informou na reunião do CCVum militante de base de um sector não ligado à região, lhe havia feito acusações contra membros do CC em divergência, que como ele disse na altura "só poderiam vir do CC". Nada foi apurado.
- 5. O camarada membro do CE, fez acusações graves ao 1º Secretário de Lisboa perante uma militante de base da região de Lisboa. Esta enviou relatório, manteve as suas afirmações quando foi inquirida. Nada foi feito.

O camarada fez um relatório ao CE acerca delacusações públicas feitas pelo camarada forme, na sede da UDP, em relação a região de Lisboa. Nada foi feito.

6. Um camarada de base de Lisboa fez um relatório ao Regional e ao CC em que informava que o camarada de membro do secretariado do CC o tinha posto a par de decisões do secretariado, mesmo antes de serem aprovadas pelo próprio CE. Disse ter informações sobre o conteúdo de reuniões do Regional de Coimbra. Afirmou que não era só a ele que diziam estas coisas e que achava isto errado.

O secretariado do CC abafou o relatório concluindo que isto se via depois do Congresso!

O camarada tem mantido contactos com militantes da região de Lisboa, à margem do secretariado do CR e do CR. "por acaso", es

ses camaradas aparecem sempre em oposição radical ao Regional.

7. O 1º secretário de Leiria fez um relatório ao CC sobre o facto de um ex-membro do CC da região, se revelar totalmente informado do conteúdo das reuniões do CC e de ter afirmado que o camarada Rocha, membro do CE, se lhe haver dirigido falando-lhe da necessi dade de se unirem "contra a direita".

Relatório na gaveta, tudo na mesma.

8. Dentro a fora do Partido, circulam mexericos de toda a espécie contra os "direitistas" e "fraccionistas" de Lisboa, de Coimbra e do CC. Que "não fazem nada", etc.

Camaradas em divergência encontram por vezes militantes do Partido, de quem são amigos e vêm-nos retraídos, desconfiados e com me do de falarem.

Tudo isto revela a existência de actuações erradas procurando iso lar e denegrir militantes do Partido só porque estão em divergência, mas com os quais ninguém se importa.

Este facto foi denunciado no CC. Nada foi feito.

10. Um camarada ex-membro do CC, militante de base do região de Lisbos, mostrou-se informado do que se passava nas reuniões do CC. Informou mesmo que os camaradas Dario, membro do CC e Rocha, membro do CE, lhe haviam afirmado que um determinado camarada em divergência no CC estava na oposição para não assumir as suas responsabilidades no trabalho.

Informação dada no Cr. Tudo na mesma.

11. Os camaradas verem e foram criticados na última reu nião do CC por terem intervido com base no texto apresentado pelo camarada Amadeu que é membro do seu organismo.

Mas os camaradas do CC de algumas regiões têm preparadas reuniões slargadas do CC, com quadros do regional, que não é o seu organismo, reunindo com eles antes e durante a reunião do CC, chegando inclusive a apresentar intervenções por escrito preparadas em conjunto. Nada disto é no entanto achado anormal.

12. É do conhecimento do CC que o CR do Porto não reune desde Abril. Está numa situação anti-estatutária. Mas nenhuma medida é tomada inclusive o seu 1º secretário foi promovido ao CR.

Mas os regionais de Lisboa e de Coimbra, dos poucos que ainda funcio nam, são criticados e sancionados, porque estão em divergência e fazem críticas duras ao CC.

A disparidade de critérios e a susência de espírito de Partido é evi

dente nesta actuação.

13. Quando os camaradas em minoria no CC levantaram o problema da situação das conquistas de Abril foram logo taxados de "Ricardia-nos", "oportunistas", "reformistas", etc. Esta campanha durou até à Conferência Nacional. Aí acrescentou-se-lhes a acusação de existência de uma "fracção" e uma "cabeça".

Estes métodos não só não foram criticados como foram louvados no CC.

Depois disso têm ouvido de tudo. "Berlinguistas", "oportunistas", "revisionistas", "agentes da CIA", "agentes ingleses", "agentes da KGB", "víboras", "elementos anti-partido", "trotskistas", etc. Havia mesmo um membro da maioria do CC que se referia aos militan tes do Partido desmobilizados, como "cambada", "não querem fazer nada", "são lixo que é preciso varrer", etc. (Por acaso ele é que já se foi embora e sem dar contas a ninguêm).

Mas tudo isto se houve com um sorriso benevolente e sem uma crítica.

Mas os regionais de Lisboa e de Coimbra só porque fazem algumas críticas menos correctas ao CC são criticados e atacados perante o Partido.

14. O camarada abandonou aos gritos uma recente reunião do CC dizendo que o que ali havia era uma "luta entre grupos", etc. Foi criticado e sancionado.

Mas nada se disse sobre este comportamento na informação que se fez ao Partido. Pudera, pertence à maioria!

15. Um membro do CC abandonou toda a actividade partidária há mais de 3 meses. Faltou a todos os encontros que lhe são marcados. Mas o CC não tem pressa em tratar do assunto. E aos militantes da sua região informa-se que está a escrever teses para o Congresso... Outra coisa não era de esperar pois apoiava a maioria. Mas as faltas a ta refas de membros do CC em divergência são logo tratadas, sancionadas e levada informação ao Partido...

INFORMAÇÃO DA COMISSÃO AUXILIAR DE JUVENTUDE DO COMITÉ CENTRAL DO PC(R) EDZOSECRETARIADO DO CONSELHO NACIONAL DA UJCR A TODOS OS ORGANISMOS E MILITANTES DO PARTIDO E DA UJCR

- 16)Em reunião Plenária do Conselho Nacional da UJCR realizada no dia 18/Julho/82 foi decidido não realizar o Acampamento da Juventude de Portugal e Espanha tendo em conta o praticamente nulo trabalho realizado no dominio das inscrições, da mobilização e organização do Acampamento. Esta decisão foi aprovada por 28 votos a favor e 3 abstenções.
- 28) Na mesma reunião o Conselho Nacional tomou posição sobre a situação do PC(R), sobre o processo de abertura do seu 48 Congresso, em particular o "Apelo do CC ao Partido" e as suas consequências no presente e futuro do Fartido e da UJCR. Ao discutir este problema o CN da UJCR fê-lo numa base responsável de defesa da unidade e consequente edificação do PC(R) e da UJCR rejeitando o dito "Apelo" por o considerar grave, por objectivamente contribuir para a divisão e dar ao processo do 48 Congresso uma tónica dominantemente estranha à resolução real dos problemas do PC(R) mas enquadrada na viciação do Congresso e na artificialização dos problemas com o objectivo da maioria do CC impôr através de todos os meios as suas posições ao Partido.
 - 38)De imediato os camaradas de Espanha foram informados dabdecisão de não realizar o Acampamento tendo o CN rompido conscientemente com um processo bilateral de trabalho em função da inevitabilidade das decisões e do tempo que nos separava do inicio do Acampamento(15 dias).
 - 48)0 CN aprovou igualmente a realização duma reunião com o CC do PC(R) para discutir a actual situação da UJCR, apurar causas, responsabilidades, tomar medidas e aprovar um plano de acção política.
 - 58)No dia 19/Julho o secretariado do CN comunicou directamente ao secretariado do CC do PC(R) as decisões temadas.
 - 69)No dia 23 de Julho o secretariado do CC comunica ao secretariado do CN e à maio- i ria dos membros do CN a decisão de realizar uma reunião dos membros do CN, militan tes do PC(R) com a direcção do Partido; estranhamente esta reunião é convocada com dois dias de antecedência o que provocaria a ausência de consideravel número de camaradas já com compromissos assumidos.
 - 79 Na dita reunião o secretariado do CN viria a constatar um conjunto de factos que no minimo se podem considerar estranhos e que provocou em alguns camaradas a consciência e o sentimento de que "foram ludibriados". Que factos?
 - A)A presença dos 1º secretários dos CRs do PC(R) de Santarem e do Alto Alentejo que não são membros do CC do Partido. Explicação do cam. José Alves: "são camara—, das que já dirigiram a juventude e têm experiência da realização de acampamentos". Nós perguntamos: "que acampamentos ?De certeza que não foram o 3ºELJ de Ferrel nem os Acampamentos Nacionais de Portimão e Cortegaça! Então que acampamentos foram?"

Nos perguntamos: "e porque não se convocaram outros camaradas que ja dirigiram a UJCR?
Por exemplo nas regiões de Coimbra e de Lisboa?"

B)O 18 secretário do CR do Porto do PC(R) convocou pessoal e unicamente para esta reunião um militante do Partido e da UJCR que não é da Comissão Auxiliar do respectivo CR nem do CN da UJCR não convocando nenhum membro da citada Com. Aux. nem do CN(onde tinha por onde escolher visto que são 4). Terá alguma coisa a ver com este comportamen to o facto de todos os membros do CN da região do Porto aprovarem as decisões da reunião do CN de 18/7 e o cam. convocado concordar religiosamente com as posições e métodos da maioria do CC?

C)Esteve presente na reunião um cam. do Algarve que não é membro do CN, não comparecen do o cam. membro da C. Executiva do CN da UJCR (sem qualquer justificação).

D)Esteve presente um cam. de Aveiro que nunca participara em qualquer reunião do CN.

- 88)O secretariado do CN considerou no inicio da reunião que os factos acima citados não aconteceram por acaso, que na sua origem estava o objectivo do sec. e do C. Executivo do PC(R) de se servirem duma reunião sem qualquer legitimidade deliberativa para pressionarem alguns membros do CN a passar por cima das decisões da reunião de
- 18/7 servindo-se para o efeito de alguns arautos das suas posições e métodos.
- 98) Na sequência dos métodos discriminatórios usados pela direcção do PC(R) na convocação da reunião e tendo em conta o fácto de esta não ter qualquer poder deliberativo o sec. do CN após manifestar a sua disposição em discutir com o CC do PC(R) (ver ponto 4) abandonou a reunião sendo seguido por mais seis camaradas que já anteriormente tinham manifestado semelhantes posições.
- 119)0 comportamento e objectivos mais uma vez manifestados pela maioria do CC vêm reforçar a grave e anormal situação para que tem atirado o nosso Partido. Vem comprovar.
 a justeza das posições assumidas pelo CN em 18/7.
- 12%) Tendo conhecimento que o control de con
- A) completamente falsas as afirmações do citado membro do CN;
- B)que elas se enquadram no processo provocatório de alguns sectores do PC(R) de que tem sido alvo o sec. CN e a COM: Aux.CC desde a 3 Conferência Nacional do PC(R) pelo facto dos seus membros terem cometido o pecado de expressarem posições políticas e partidárias diferentes das da maioria do ce

- C)inquirir directamente dos motivos que lovaram o a tomar esta atitudo e na base dos quais propor medidas numa das próximas reuniões do Conselho Nacional.
- 130) Face á situação criada e secretariado do Conselho Nacional da UJCR e a Comissão Auxiliar do Comitó Contral do PC(R) reafirmam as seguintes posições:
- A)a justeza das decisões do Conselho Nacional do 18/7 que nonhuma outra estrutura poderá alterar, ao contrário do que pretende fazer a maioria do CC do PC(R)
- B)o secretariado ou e Comité Executivo do PC(R) poderão fazer o seu acampamento.

 Mas jamais o poderão fazer em nome do Conselho Macional ou de qualquer outra
 estrutura da UJCR.
- C)Convocar o Conselho Nacional da UJCR, no finbito de ponto 4 desta informação para dia 31 de Julho da 15.00 heras na sede nacional de UDP.

Lisboa 26/Julho/1982

- o secretariado do Conselho Nacional da UJCR
- a Comissão Auxiliar do Comité Central para o trabalho juvenil